

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.365 - RJ
(2019/0257880-4)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : MARCOS VINICIUS LUZ DE MORAES
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO E OUTRO(S) - RJ071111
PABLO MOURA DA SILVA - RJ175905
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. IMPUTAÇÃO DE PRÁTICA DAS CONDUTAS TIPIFICADAS NO ART. 121, § 2º, IV, C/C ART. 29 E ART. 148, § 1º, INCISO IV, TODOS DO CP, E NO ART. 1º, INCISO I, "A", DA LEI 9.455/1997. INCONSISTÊNCIA NO ACERVO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. VIA ESTREITA DO *WRIT*. PRISÃO PREVENTIVA. *MODUS OPERANDI*. AMEAÇAS ÀS TESTEMUNHAS E VÍTIMAS. FUNDAMENTOS VÁLIDOS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir inconsistências no acervo probatório.
2. No caso, ficou evidenciado *indícios de autoria nos autos pelos depoimentos prestados pela vítima Sandra, fls. 140/141; pela vítima Madelyn, fls. 144/146; bem como, pela vítima Jocilene, fls. 219/221, no sentido de que os acusados, em tese, seqüestraram as vítimas e, após agredirem fisicamente a vítima Mônica, com socos, pontapés e pauladas, a mataram mediante golpes de faca no pescoço, bem como em razão de que as testemunhas ainda prestarão depoimentos em juízo, revelando-se prudente para a devida colheita de provas durante o transcurso do processo, sendo certo que algumas testemunhas demonstraram temor em relação aos acusados.*
3. Esta Corte possui entendimento no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta.
4. O Superior Tribunal de Justiça também tem entendido pela existência de fundamentos concretos quando a prisão se deu em razão das ameaças dirigidas às testemunhas, vítimas ou outras pessoas chamadas ao processo.
5. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator